

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1537979 - RS (2015/0140434-7)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : PAULO RENATO DE ASSIS BRASIL
ADVOGADOS : GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA E OUTRO(S)
- RS023021
THIAGO CECCHINI BRUNETTO - RS051519
MAURO DE AZEVEDO MENEZES - DF019241
LUANA MARQUES DE ALBUQUERQUE E
OUTRO(S) - DF046620
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458, II E 535, II DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE FUNDAMENTO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA FÁTICA. NECESSIDADE. SÚMULAS 283/STF E 7/STJ. INCIDÊNCIA.

1. Não ocorreu omissão no aresto combatido, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.
2. No que tange à tese de dissídio jurisprudencial, correta a decisão ao verificar que a parte recorrente deixou de indicar qual o dispositivo de lei federal teria recebido interpretação divergente pelo Tribunal de origem, o que caracteriza deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF.
3. A ausência de impugnação específica a fundamento do acórdão recorrido atrai a incidência da Súmula 283/STF, aplicada por analogia.
4. Rever o entendimento firmado pelo Tribunal de origem demandaria, ainda, o revolvimento de matéria fática, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.
5. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por

Superior Tribunal de Justiça

unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

